artigo 30.º da mesma Portaria. A notificação indicará o dia, hora e local de realização dos métodos de selecção.

17 — Os candidatos excluídos serão, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, notificados para a realização de audiência dos interessados nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

18 — As funções correspondentes aos postos de trabalho a prover serão desempenhadas na área do Município de Viana do Castelo, podendo, no entanto, serem executados trabalhos fora da área do Município, sempre que ocorram situações que assim o exijam.

19 — O posicionamento remuneratório do(a) candidato(a) a recrutar correspondente à 1.ª posição remuneratória, do nível 1, sendo o salário de referência de 485 €.

20 — O posto de trabalho a prover destina-se ao serviço da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Fundamentação legal: As regras constantes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

21 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

22 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma politica de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

23 — Nos termos do n.º 4, do artigo 6.º e alínea *d*) do n.º 1, do artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o recrutamento inicia-se sempre de entre, por ordem decrescente da ordenação final dos candidatos, tendo preferência os colocados em Situação de Mobilidade Especial (SME) e posteriormente de entre os candidatos que detenham relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nos termos dos n.º 4 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

24 — Em conformidade com o artigo 6.º do mesmo diploma legal, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, o respectivo grau de incapacidade e tipo de deficiência devendo ainda mencionar todos os elementos necessários ao disposto no artigo 7.º do mesmo decreto-lei.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do referido diploma legal, competirá ao Júri verificar a capacidade de os candidatos com deficiência exercerem a função, de acordo com os descritivos funcionais constantes no presente aviso.

25 — É dispensada temporariamente consulta à Direcção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP), entidade que transitoriamente exerce as funções previstas para a constituição de reservas de recrutamento (ECCRC), por esta concluir na sua página electrónica oficial que "não tendo ainda, sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, e até à sua publicitação, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia".

13 de Abril de 2011. — A Vereadora da Área de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva.*

304600081

Aviso n.º 9810/2011

Procedimento Concursal Comum para contratação de 4 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado na categoria de Assistente Técnico — Área de Biblioteca

No seguimento do procedimento concursal, publicado no *Diário da República,* 2.ª série n.º 133 de 12 de Julho, na Bolsa de Emprego Público n.º OE 201007/0324 e no Jornal de Noticias de 14 de Julho de 2010.

Decorrido o prazo de audiência aos interessados preceituado no n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, efectuada nos termos do artigo 30.º da mesma Portaria, verificou-se não ter havido qualquer pronunciamento por parte dos candidatos.

Assim, para os efeitos consignados no n.º 6 do artigo 36.º da referida Portaria, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final Homologada, do procedimento concursal em epígrafe, afixada na Secção de Administração de Pessoal da Câmara Municipal de Viana do Castelo e publicitada na página electrónica desta Autarquia em www.cm-viana-castelo.pt.

15 de Abril de 2011. — A Vereadora da Área de Recursos Humanos, *Ana Margarida Ferreira da Silva*.

304603021

MUNICÍPIO DE VILA REAL

Aviso n.º 9811/2011

Para efeitos do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que nos termos do meu despacho de 4 de Abril, no uso das competências que me confere o n.º 2, alínea *a*), do artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do Procedimento Concursal Comum, para recrutamento de diversos Técnicos Superiores e Assistentes Técnicos, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, aberto por aviso n.º 11077/2010, publicados no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 107, de 2 de Junho de 2010, foram celebrados contratos, com efeitos a partir de 4 de Abril de 2011, com:

Ana Margarida Varela Rodrigues Gomes, para a categoria de Técnico Superior, área funcional de Arquitectura, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15 (1 201,48€).

Dionísia Matilde Mourão Dinis, para a categoria de Técnico Superior, área funcional de Ensino Básico — 1.º Ciclo, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15 (1 201,48€).

Fernanda Maria Valente Pereira, para a categoria de Técnico Superior, área funcional de Engenharia Agrícola, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15 (1 201,48€).

Paulo Vítor da Silva Carvalho Lisboa para a categoria de Técnico Superior, área funcional de Psicologia Organizacional, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15 (1 201,48€).

Susana Raquel Ribeiro dos Santos, para a categoria de Técnico Superior, área funcional de Arquitectura Paisagista, com a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 15 (1 201,48€).

José Augusto Morais de Azevedo Teixeira, para a categoria de Assistente Técnico, área funcional de Agente de Informação de Tráfego Aéreo, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 5 (683,13€).

Nuno Miguel de Moura Silva Ferreira, para a categoria de Assistente Técnico, área funcional de Agente de Informação de Tráfego Aéreo, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e ao nível remuneratório 5 (683,13€).

13 de Abril de 2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. Manuel do Nascimento*.

304582092

Aviso n.º 9812/2011

Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 Junho, foram renovadas as comissões de serviço, por Despacho do Senhor Presidente de 18 de Janeiro, dos seguintes dirigentes:

Chefe de Divisão Administrativa e de Assuntos Jurídicos: Luís Manuel Mota Bastos, a partir de 31 de Março;

Chefe de Divisão de Gestão dos Fundos Comunitários: Carla Isabel Cabral Tinoco, a partir de 31 de Março;

Chefe de Divisão de Acção Social e Saúde: Ana Virgínia Vaz Pinto Vilaverde, a partir de 31 de Março;

Chefe de Divisão de Modernização e Tecnologias: João Manuel da Silva Gonçalves, a partir de 1 de Abril.

13/04/2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. Manuel do Nascimento Martins*.

304582035

FREGUESIA DE BALEIZÃO

Aviso n.º 9813/2011

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para